

## **A NOÇÃO DE LIBERDADE NA TERCEIRA ANTINOMIA DA CRÍTICA DA RAZÃO PURA**

*Ac. Ailton José da Silva (PIBIC/FAPEMIG)  
Universidade Federal de São João Del-Rei/MG*

**Resumo:** Este artigo é resultado da tentativa de expor algumas noções de liberdade contidas na filosofia kantiana, sobretudo, na terceira antinomia da *Crítica da Razão Pura*, na qual Kant procura desenvolver as bases do conceito de liberdade, trabalhando melhor e mais detalhada na *Crítica da Razão Prática*. Comumente, imaginamos ser a liberdade um agir da forma que se quer, ou fazer o que nos vem à cabeça. Kant dá uma noção diferente a este termo. Para ele, a liberdade não é livre arbítrio, porém, uma disposição da razão que faz a ação do homem ser conduzida por um caminho correto. É a liberdade da causalidade existente na natureza. Podemos verificar que a noção de liberdade, desenvolvida na terceira antinomia, está intimamente relacionada à idéia de uma ação que se universaliza, isto é, a máxima que é fornecida pela razão. Neste sentido, a razão governa a ação do homem fornecendo normas para a conduta e a liberdade consiste em realizar esta disposição da razão. Agindo assim, o homem assume uma postura correta diante do mundo. Pretendemos, neste artigo, investigar e compreender a idéia do autor acerca do referido tema.

**Palavras-chave:** Liberdade. Razão. Livre arbítrio. Ação.

### **Considerações Iniciais**

No decorrer da história da filosofia, Immanuel Kant (1724 – 1804) tornou-se o ponto de chegada fundamental para a compreensão da filosofia moderna. Responsável pela revolução iniciada com Descartes, Kant realiza a “revolução copernicana”, na filosofia, dando uma reviravolta na reflexão filosófica e mudando todo seu referencial. Enquanto o pensamento clássico e medieval preocupava-se com a investigação do fundamento ontológico da realidade, preocupação levantada pela metafísica, em Kant, a reflexão ganha um novo referencial: o sujeito transcendental.

O sujeito transcendental é aquele capaz de conhecer a natureza desvendando suas leis e de agir no mun-

do, colocando-se acima da natureza e sua causalidade, agindo de acordo com o comando fornecido pela razão. Neste sentido, o sujeito é livre e a liberdade permite esta transcendentalidade ao sujeito. Um movimento no qual o homem sai da natureza em que está submetido às regras uniformes e às leis rigorosas, elevando-se em direção à razão para que ela regule sua ação por uma lei diferente da causalidade: as regras universais fornecidas pela razão humana, permitindo-lhe fazer escolhas que concordem com o imperativo categórico. Assim, o homem passa a agir corretamente quando ele atinge o nível elevado da racionalidade. A liberdade confere-lhe autonomia frente à natureza. Portanto, conseqüentemente, a liberdade assume duas dimensões ou

possibilidades: ela permite ao homem, a partir de uma ação livre, conhecer e desvendar as leis da natureza e permite que ele, frente à natureza, posicione-se no mundo prático da vida regulando sua ação por uma lei, diferentemente da lei causal, que concorde com o mandamento da razão, ou seja, a liberdade confere ao homem autonomia frente à necessidade do mundo regido pelas leis naturais ou causais. Neste sentido, a liberdade apresenta-se como tema central de nossa investigação.

### **Os Objetos da Metafísica como Antinomia da Razão Pura**

A herança filosófica de Kant estava dividida entre empiristas (céticos) e racionalistas (dogmáticos). Ele aproveita do primeiro a idéia de síntese adquirida na experiência e, do segundo, a noção de conceito válido universalmente, usando-as na criação dos "juízos sintéticos *a priori*".

Desse modo, todo objeto para ser conhecido deve sujeitar-se às formas puras da sensibilidade, ao espaço e ao tempo e ainda às formas puras do entendimento - as categorias. O resultado deste processo, que unifica as intuições e os conceitos, ou seja, a sensibilidade e o entendimento, torna possível o conhecimento válido universalmente. Conseqüentemente, é possível a investigação científica da física e da matemática, porque seus objetos estão de acordo com a proposta kantiana dos juízos sintéticos *a priori*. Entretanto, não é tudo que pode ser conhecido pelo entendi-

mento humano, adverte Kant. O pensamento kantiano verifica se o sujeito é estruturado para conhecer toda a realidade. Ele examina as reais condições lógicas do intelecto para conhecer. Segundo o autor, o eixo da filosofia gira em torno da incapacidade da estrutura cognitiva do homem para alcançar, através da razão determinados objetos que se encontram para além de uma experiência possível. A esta questão ele fornece sempre uma resposta negativa: os objetos da metafísica são incognoscíveis e toda tentativa de aplicar juízos sintéticos *a priori* em seus enunciados transcendentais desemboca em infinitas contradições, paralogismos e antinomias. Com efeito, é o homem que assume o centro da investigação e não mais os elementos da metafísica.

Recuperando alguns elementos fundamentais à compreensão da questão ora em debate, podemos dizer que em seu sistema, Kant observa os objetos da realidade em duas dimensões, o fenômeno e o nômeno.

Os predicados do fenômeno podem ser atribuídos ao objecto em relação aos nossos sentidos; mas a aparência nunca pode ser atribuída como predicado ao objecto, porque atribui ao *objecto em si* o que só lhe convém em relação aos sentidos ou em geral ao sujeito. (...) Assim, é legitimamente que os predicados do espaço e do tempo são atribuídos aos objetos dos sentidos como tais, e nisso não há

aparência (ilusão). Pelo contrário, quando atribuo à rosa em si a cor vermelha ou a Saturno as ansas, ou todos os corpos externos a extensão *em si*, ignorando a relação determinada desses objectos ao sujeito e não limitando a esta relação o meu juízo, surge então a aparência (ilusão) (KANT, *Crítica da Razão Pura*, 1997, p. 85)<sup>1</sup>.

Assim, temos claro que o fenômeno é tudo aquilo que aparece aos sentidos, estando ele submetido à relação que o sujeito que possui estes sentidos, estabelece com o objeto. O fenômeno é o que pode ser conhecido da realidade através das formas puras da sensibilidade: o espaço e o tempo. Ele é o dado dos múltiplos objetos fornecidos pelos objetos, é o que permite a unidade realizada pelo entendimento humano. É o que pode ser conceituado pelo homem, tornando-se universal e conhecido. O nômemo é a essência ou a coisa em si mesma, uma característica da realidade inteligível que não pode ser dada nem apreendida pelo entendimento. Abbagnano diz: "este termo foi introduzido por Kant para indicar o objeto do conhecimento intelectual puro, que é a *coisa em si*"<sup>2</sup>. A coisa em si mesma apresenta-se como aquilo que não pode ser apreendido pelo entendimento humano, porque não pode ser admitido dentro do es-

paço e do tempo. A realidade nômemo não pode ser conhecida de forma científica porque não se sujeita à relação de causa e efeito existente na natureza. Esta divisão do objeto em uma parte cognoscível e outra incognoscível torna-se importante, uma vez que nos possibilita compreender que, para Kant, o entendimento humano é limitado para emitir juízos válidos sobre a realidade na sua totalidade e as idéias de Alma, Mundo, Deus e Liberdade são impossíveis de serem aceitas no campo do conhecimento científico.

Em síntese, entre o fenômeno e o nômemo, de uma mesma realidade, só se conhece o fenômeno. Ele admite, portanto, que o entendimento só pode alcançar, das coisas, o que nos aparece e nega a possibilidade de fazer ciência dos objetos da metafísica, a parte noumênica da realidade. As idéias metafísicas de Imortalidade da Alma, de existência de Deus e de liberdade não possuem meios de verificação das suas proposições por isso não têm valor como conhecimento científico. Elas não possuem formas ou conteúdos que possibilitem a verificação da sua existência na realidade concreta. Para o autor, pensar um objeto não implica necessariamente que ele tenha uma existência real. Com efeito, ele faz duras críticas à metafísica tradicional pelo fato de tentar validar seu discurso sem fornecer, ao entendimento, as mínimas condições de comprovação de seus pressupostos.

<sup>1</sup> Esta citação é apresentada por Kant em nota de rodapé, a fim de esclarecer seu entendimento acerca do que seria o fenômeno.

<sup>2</sup> ABBAGNANO, Nicolas, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.718.

Não podemos fugir da obrigação de uma solução pelo menos crítica para questões da razão apresentadas levantando lamentos sobre os limites estreitos da nossa razão e confessando, com a aparência de um humilíssimo conhecimento de nós mesmos, que esteja acima da nossa razão estabelecer se o mundo existe desde a eternidade ou se tem um início; se o espaço cósmico é repleto de entes até o infinito ou se está encerrado dentro de certos limites; (...) se há liberdade ou se tudo está ligado à cadeia da ordem natural (...) todas essas questões dizem respeito a um objeto que não pode ser dado em nenhum outro lugar a não ser em nosso pensamento (...). Se a partir de nossos conceitos não podemos dizer e estabelecer nada seguro a respeito [KANT, *Crítica da Razão Pura*, 1999, p. 312].

Embora Kant negue a possibilidade da metafísica como ciência, no sentido moderno, admite que seus enunciados tenham grande validade no auxílio à vida prática do homem, e, nesse sentido, pode fornecer referências universais de conduta que contribuem com a realização de uma lei universal da ação, permitindo ao homem agir de forma correta e livre. Assim, ele desloca a função científica da metafísica para o campo prático da vida, onde ela tem condição de reinar, auxiliando na condução do homem a um caminho correto. Entre os objetos da metafísica, em certo sentido, a liberdade assume um papel de enorme importância na filosofia kantiana, uma vez que ela pode

conferir autonomia ao sujeito, para conhecer e para agir. Portanto, disciplinas metafísicas que trabalham a idéia de causalidade para além do mundo físico, como: Cosmologia Racional (Natureza), Teologia Racional (Deus) e Psicologia Racional (Alma) recebem severas críticas de Kant quando pretendem atribuir validade e existência real a suas especulações:

### **A Idéia de Liberdade apresentada na Terceira Antinomia da *Crítica Da Razão Pura***

No capítulo II do livro segundo da *Crítica da Razão Pura*, Kant investiga o fundamento da liberdade com base nas antinomias da razão. Para o autor quando se busca conhecer o objeto fundamental da ação - a liberdade - a razão entra em conflito consigo mesma. A razão não é estruturada para conhecer objetos metafísicos que se encontram além de uma experiência possível. Consequentemente, o nosso conhecimento acerca do conceito liberdade é sempre problemático.

No "Terceiro Conflito das Idéias Transcendentais da Antinomia da Razão Pura", Kant coloca a idéia acerca da liberdade, tradicionalmente discutida pelos racionalistas e empiristas, em contrapontos. De um lado, a tese da existência da liberdade incondicional e, do outro, a antítese de que a liberdade não passa de uma ilusão produzida pela razão que não se compromete com a verificação.

Na tese apresentada diz que: “a causalidade segundo leis da natureza não é a única da qual possam ser derivados os fenômenos do mundo em conjunto. Para explicá-los é necessário admitir ainda uma causalidade mediante liberdade”<sup>3</sup>.

A tese que afirma uma liberdade incondicionada acaba admitindo uma relação causal para além da natureza. Entretanto, para admitir o movimento existente nela é necessário, segundo esta concepção, que seja impulsionado por uma causa livre que não possa ser limitada pela própria natureza. Deve estar fora dela e ser incondicionada, uma vez que esta causa move a própria causalidade natural e não se deixa influenciar por ela. Em outras palavras, ela possui autonomia absoluta em relação à causalidade natural por estar desvinculada dela, porém está interferindo e conduzindo constantemente o rumo desta sucessão. Esta prova é apresentada assim:

Tem que ser admitida uma espontaneidade absoluta das causas, que dê início de si a uma série de fenômeno precedentes segundo leis da natureza, por conseguinte, uma liberdade transcendental, sem a qual mesmo no curso da natureza a série sucessiva dos fenômenos do lado das causas não é jamais completa”<sup>4</sup>.

Assim, como vimos, tudo para ser movido deve ter uma força que sirva de impulso, caso contrário compromete-se o devir fenomênico, deixando um verdadeiro abismo ou vazio na série causal e a natureza seria algo incondicional. A idéia de liberdade transcendental tem um contraponto fundamental: a antítese. “Não há liberdade alguma, mas tudo no mundo acontece meramente segundo leis da natureza”<sup>5</sup>. O absurdo apresenta-se em querer buscar muito além da natureza uma causalidade para ela. Tudo que ocorre na natureza deve ser admitida única e exclusivamente por suas leis. Assim, a tentativa de provar esta proposição é colocada:

A liberdade transcendental, portanto, opõe-se à lei causal e uma tal ligação dos estados sucessivos de causas eficientes – segundo a qual não é possível nenhuma experiência, e unidade esta que não se encontra também em nenhuma experiência – é, por conseguinte, um vazio ente do pensamento<sup>6</sup>.

Há, portanto, uma contradição entre liberdade transcendental e natureza, uma vez que não há conformidade entre a existência de leis que permitam conhecer e comprovar a realidade dos fenômenos e a ausência de leis. Não podem conviver no mesmo âmbito e ao mesmo tempo a lei e a ausência da lei.

Diante deste impasse que a razão pura chegou, Kant apresenta uma

<sup>3</sup> KANT, *Crítica da Razão Pura*, 1999, p. 294.

<sup>4</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 295.

<sup>5</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 295.

<sup>6</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 295.

nota à Terceira Antinomia, tanto a tese quanto a antítese, esclarecendo o entendimento de cada uma.

Na nota à tese, Kant diz que ao admitir uma liberdade absolutamente espontânea como fundamento da natureza, tornou-se uma “pedra de escândalo” da filosofia, uma vez que a mesma encontrou-se embaraçada para admitir uma espécie de causalidade incondicionada. É a partir da idéia transcendental da liberdade que a razão encontrou dificuldades de explicar a possibilidade de iniciar, de forma autônoma, uma série ou sucessão de coisas ou estados da natureza que se conhece pela experiência, sem recorrer à comprovação empírica.

Se deixarmos de lado a idéia de uma liberdade transcendental para explicar a origem do universo, poderemos admitir uma liberdade que inicia uma série quanto ao tempo, isto é, uma vontade livre que inicia espontaneamente um movimento, segundo a série temporal e que se estende com as conseqüências naturais.

A nota à antítese, Kant alerta para a importância da experiência como elemento fundamental para unificar e sintetizar o movimento dos fenômenos perante às leis causais da natureza, dando realidade concreta a este tipo de conhecimento, pois, é através dela que posso emitir um juízo *a priori* de que neste processo de sucessão seja possível verificar se uma coisa é e deixa de ser para vir-a-ser, tornando dinâmico e verdadeiro o movi-

mento e a sucessão. Assim, não é preciso que se admita um princípio matemático ou dinâmico para perceber que a variação de estados ocorre na realidade. Conforme Kant, “a possibilidade de uma tal derivação infinita não tornar-se (*sic!*) concebível sem um primeiro termo com respeito ao qual todo o restante seja simplesmente subsequente”<sup>7</sup>.

Para o autor, mesmo que se admita uma possibilidade de uma liberdade transcendental para iniciar o processo de mudanças do mundo, esta não poderia ser admitida fora do mundo e sim inerente a ele.

Ao lado de uma tal faculdade alega (*gesetzloses*) da liberdade, é difícil pensar ainda a natureza, porque as leis desta seriam modificadas incessantemente pelas influências da liberdade e o jogo dos fenômenos, que segundo a simples natureza seria regular e uniforme, tornar-se-ia assim confuso e desconexo<sup>8</sup>.

Portanto, admitir uma liberdade transcendental intervencionista é o mesmo que admitir um “caos” e um desordenamento na natureza e uma confusão em suas leis tornando impossível conhecê-la. Em outras palavras, de acordo com este raciocínio, admitir uma causalidade fora da natureza intervindo nela por força da liberdade nas relações que os fenômenos realizam entre si, tornaria a natureza, que sempre se apresentou

<sup>7</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 298.

<sup>8</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 298.

regular e uniforme em algo caótico e desconexo.

Em suma, a liberdade – uma vez que encontro argumentos fortes tanto para defender quanto para condenar – se apresenta como uma idéia da razão que se encontra muito além da capacidade, possibilidade de tomar partido por uma posição ou por outra. Ela não possui existência fenomênica e não se encontra submetida às noções de espaço e de tempo, condições necessárias para comprová-la cientificamente. A liberdade constitui o fundamento que torna possível toda ação livre quanto ao tempo e funda a possibilidade de uma moral válida, universalmente e, em certo sentido, torna possível a autonomia da razão frente à natureza. Assim, a liberdade é constituída sob outra perspectiva.

### O Conceito de Liberdade

Na Terceira Antinomia da *Crítica da Razão Pura*, onde Kant trata o tema da liberdade, ele nos fala que:

Entendo por liberdade, no sentido cosmológico, a faculdade de iniciar por si mesma um estado, cuja causalidade, pois, não está por sua vez, segundo a lei da natureza, sob uma outra causa que a determinou quanto ao tempo<sup>9</sup>.

Parece evidente que a liberdade está sob a natureza e não pode ser determinada a não ser por si mesma e

sem coerção, isto é, livremente. A liberdade como ação, em relação ao tempo, é anterior a experiência ou ao nexos causal da natureza e, consequentemente, responsável pela sucessão que segue a partir da ação. Porém, não podemos confundir esta liberdade com a ação de fazer o que bem quer. Ela é ação livre porém, responsável e fundamenta-se na razão, devendo ser algo prático.

Entretanto, para Kant a liberdade não é livre arbítrio. Ela é a condição que o homem possui para agir corretamente. Esta ação, quando adequada, permite ao homem controlar seus impulsos, deixando-o guiar pela razão, controlando a natureza tanto física (do ponto de vista teórico) como a natureza humana (do ponto de vista da ação). Em outras palavras, na ciência, a razão livre permite ao homem desvendar as leis da natureza sem mergulhar nos devaneios produzidos pela consciência e sem recorrer à metafísica. Na vida prática, ela permite, segundo Kant, orientar o homem a agir de acordo com o imperativo categórico. Portanto, é importante um retorno à noção de liberdade kantiana para que se compreenda a liberdade independente das necessidades frente à natureza.

A liberdade possui uma relação estreita com o conceito de autonomia quando se refere à ação e este conceito, por sua vez, representa a base para a formulação do imperativo categórico: uma lei universal de conduta que a razão impõe a si mesma.

<sup>9</sup> Id. *Ibidem*, 1999, p. 338.

A liberdade no sentido prático é a independência do arbítrio da coerção por impulso da sensibilidade (...), pois ao homem é inerente uma faculdade de determinar-se por si mesmo, independentemente da coerção por impulso sensível" [KANT, *Crítica da Razão Pura*, p. 339].

Liberdade, portanto, longe de ser um fazer o que se quer e sem respeitar qualquer lei ou norma que seja, é a forma pura de uma lei incondicional que o sujeito da ação recebe de si mesmo independente das circunstâncias e das necessidades naturais e instintivas do homem. Assim, a questão da liberdade tornou-se a pedra de toque na filosofia do autor, pois, a liberdade pode ser entendida aqui como um elo que permite a passagem de uma filosofia teórica para uma filosofia prática. Consequentemente, tornou-se a mola-mestra para a filosofia pós-Kant; um assunto fundamental para a sociedade moderna.

Entender a liberdade com o grau de importância que Kant dá não é tarefa fácil. O senso comum, muitas vezes, encara o referido tema com muitos equívocos e erros. Por exemplo, é muito comum o entendimento de que a liberdade é fazer o que nos vem a mente. Contrariamente ao senso comum, com base no que já referimos, entende-se que a liberdade, no sentido kantiano, como ação livre da coerção, pode representar o ponto de partida fundamental que permite a passagem de uma filosofia teórica (conhecimento e especulação) para uma filosofia prática (ética e ação).

Em resumo, todo o erro da Metafísica tradicional está na tentativa de encontrar um fundamento para o conhecimento da causalidade da natureza fora dela, justificando algo de absoluto que se responsabilizasse pelo conhecimento de todas as coisas do universo. Isso, segundo Kant, levou esta área da filosofia a erros de especulação. Há, portanto, uma impossibilidade teórica de fundar a metafísica como ciência, porém, suas idéias podem ancorar-se no mundo prático, uma vez que a liberdade está na razão e pode ser entendida do ponto de vista da ação. Aliada a uma lei geral e racional ela pode fornecer ao homem uma referência correta à sua atitude. Portanto, a moral torna-se dependente da liberdade, uma vez que a ação só é moral se for livre, em obediência à razão.

### Considerações Finais

Conforme Kant, podemos dizer que o problema da liberdade e de todas as outras idéias metafísicas, brotam de um eixo comum: a incapacidade de aplicar "juízos sintéticos *a priori*" em seus enunciados transcendentais. Assim, a problemática surge quando, dialeticamente, tentamos dar validade ao discurso especulativo sem a verificação necessária destas idéias.

Para o autor, a razão humana é arquetônica e procura sempre criar um sistema de explicação possível, não se contentando com respostas superficiais ou incompletas. É como se ela buscasse construir um edifício



com uma base (alicerce) que não enxergamos no primeiro exame – porque está dentro do solo e serve como suporte para a construção que se segue (paredes e decorações) que podemos observar a todo instante. Analogamente, podemos dizer que o homem está edificado desta forma: a base (liberdade) e o que segue a partir da base (conhecimento objetivo). a liberdade é o alicerce porque fundamenta e permite que toda ação humana aconteça, dando o suporte necessário para que o homem conhe-

ça o mundo. O conhecimento, neste caso, é o resultado prático da ação. É a produção humana impulsionada por uma livre vontade do homem de conhecer e desvendar a natureza a fim de completar este projeto arquitetônico, tornando-o acabado e com serventia.

Em síntese, enquanto o empirismo fornece a este projeto da razão a parte visível e observável, isto é, a base do conhecimento teórico, o racionalismo, fornece o pressuposto da ação, a liberdade no sentido prático que faz com que a partir da ação seja possível conhecer. Assim, é a unificação desses dois pressupostos que torna possível este empreendimento sistemático da razão.

### Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BONELLA, Alcino Eduardo. *A Ética em Kant*. In: Revista Educação e Filosofia, v. 10, n. 20, jul/dez. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, Departamentos de Filosofia, fundamentos da Educação e Princípios e Organização da Prática Pedagógica, 1996, p. 37 – 50.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. Tradução Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3 ed. (1987). São Paulo: Abril Cultural, 1999. Coleção os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 379 – 484.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *A Crítica da Razão Pura no Contexto do Pensamento Contemporâneo*. In: A Razão Sensível. Lisboa: Colibri, 1994, p. 143 – 157.
- \_\_\_\_\_. *Actualidade da Filosofia Prática de Kant*. In: A Razão Sensível. Lisboa: Colibri, 1994, p. 159 – 169.
- RODHEN, Valério, *Interesse da Razão e Liberdade*. São Paulo: Ática, 1981.